Os fios soltos da Lava Jato

INVESTIGAÇÃO Os *e-mails* de FHC, o depoimento de Tacla Duran e as entranhas da operação

POR SERGIO LIRIO



Fora do Brasil, o juiz Sergio Moro desfruta da vida de celebridade. Após a passagem por Nova York, onde confraternizou com diversos políticos tucanos e lobistas americanos (e não viu problema nisso), o magistrado recebeu em Mônaco, notório paraíso fiscal, um prêmio criado por uma ONG dirigida pela consulesa do Brasil no principado. O colunismo social brasileiro registrou que Moro "assistiu a um concerto no camarote real, no Cassino de Monte Carlo, ao lado do príncipe Albert II" e em seguida foi "a estrela de um jantar beneficente com ingressos a mil euros". Os salões que abriram as portas à deslumbrada toga curitibana costumam ser frequentados por globais da estirpe de Galvão Bueno e Boni. Também passaram por lá o ex-jogador Ronaldo e o empresário Flávio Rocha, que responde a processos por abrigar trabalho escravo.

Enquanto Moro é bajulado por senhores e senhoras que não resistiriam à quebra do sigilo de suas contas bancárias, novas evidências das manipulações e do viés político da Operação Lava Jato vieram a público e suscitaram perguntas incômodas. Uma delas: por que a força-tarefa mais uma vez ignorou indícios contra políticos do PSDB?

Um laudo da Polícia Federal comprovou a autenticidade de uma troca de *e-mails* em 2010, na qual o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pede doações de campanha a Marcelo Odebrecht. Insistente, FHC solicita um SOS aos candidatos ao Senado Antero Paes de Barros, de Mato Grosso, e Flexa Ribeiro, do Pará. O primeiro perdeu a eleição, o segundo acabaria eleito. Embora Odebrecht tenha garantido as contribuições e o prócer tucano tenha enviado um número de conta para os depósitos, não há registros oficiais das doações. Barros e Ribeiro negam o recebimento de dinheiro da construtora.

FHC enviou a primeira mensagem em 13 de setembro. Na correspondência, suscita uma "conversa no jantar de outro dia" e envia um "SOS" em nome de Paes de Barros, que sofreria "a pressão do governismo, ancorada em muitos recursos". Em seguida, pergunta:

Moro é o único que não consegue localizar o paradeiro do ex-consultor da Odebrecht

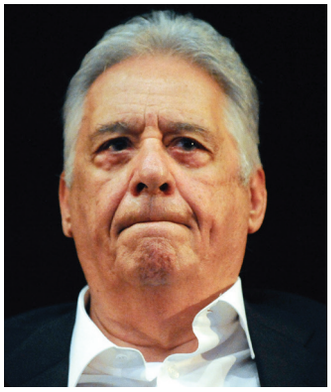
"Seria possível ajudá-lo? Envio abaixo os dados bancários".

Odebrecht respondeu no dia seguinte. Afirmou que daria uma "olhada" e reconforta o ex-presidente: "Fique tranquilo (no que depender de nós). Depois aproveito e lhe dou o *feedback* dos demais apoios e reforços que fizemos na linha do que conversamos". No dia 15, o executivo volta a se comunicar com o tucano. "Presidente", escreve, "já solicitei que fosse feito o apoio ao Antero. Vou pedir para verificarem sua disponibilidade para lhe apresentar um balanço."

Uma semana depois, sem cerimônia, FHC envia outro *e-mail* a Odebrecht e aproveita para incluir na comunicação o empresário Benjamin Steinbruch. O tucano chama os dois de "estimados amigos", pede desculpas pela insistência, mas cobra o apoio financeiro a Paes de Barros e inclui um pedido em nome de Flexa Ribeiro. "Ainda há tempo para eles alcançarem, no caso na verdade

•CCSeuPaisLavaJato1007ok.indd 38 6/7/18 5:21 PM







Ciranda. Tacla Duran depôs pela segunda vez a deputados, mas nunca foi ouvido por Moro, celebrado em um paraíso fiscal. FHC conta com essa displicência

AG. CÂMARA, TÂNIA RÊGO/ABR E REPRODUÇÃO MÍDIA SOCIAL

é manterem, na posição que os leva ao êxito." Não há registro de respostas de Steinbruch. Odebrecht reafirma ao ex-presidente que o apoio a Paes de Barros estava confirmado e que o candidato havia sido informado a respeito. Promete ainda verificar a "situação" de Ribeiro.

Em prisão domiciliar, Odebrecht limitou-se a declarar que tem contribuído com a Justiça. FHC emitiu uma nota-padrão de todo político flagrado em situação semelhante: "Posso ter pedido, mas era legal. Não sei se deram e não foi a troco de decisões minhas, pois na época eu estava fora dos governos". Desconhece-se, porém, uma intervenção tão direta de um ex-presidente da República em uma transação com claros sinais de caixa 2. A troca de mensagem, informa a PF, foi anexada ao processo que investiga a compra de um terreno pela empreiteira que supostamente abrigaria o Instituto Lula (não está muito clara a razão de tais documentos constarem do inquérito contra o petista). Caberá a Moro decidir a utilidade da perícia. Se repetir decisões anteriores em relação a denúncias que envolvem políticos tucanos, FHC não terá com o que se preocupar.

Igualmente inútil para o curso dos acontecimentos, apesar de relevante para os arquivos históricos, parece ser o depoimento de Rodrigo Tacla Duran, ex-consultor da Odebrecht, à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Residente em Madri, o advogado prestou esclarecimento por teleconferência na terça-feira 5 e reafirmou as acusações contra a Lava Jato, entre elas o achaque que teria sofrido de Carlos Zucolotto, padrinho de casamento de Moro e ex-sócio da mulher do magistrado. "Ele me propôs que lhe desse 5 milhões de dólares em troca de proteção na Lava Jato." Não foi a primeira vez que um alvo da operação revelou a existência de um esquema de delações montado para beneficiar advogados próximos a integrantes da força-tarefa de Curitiba.

O advogado disse ainda que os sistemas eletrônicos Drousys e MyWebDay, utilizados pela Odebrecht para gerenciar o pagamento de propinas, foram adulterados para incriminar alvos da Lava Jato. Segundo ele, os arquivos não foram periciados e há indícios de manipulação antes, pelos próprios executivos da construtora, e depois da apreensão pela Polícia Federal. "O sistema foi adulterado diversas vezes, foi montado para caso viesse a ser apreendido. Minha surpresa são as alterações posteriores ao bloqueio."

Moro vale-se de argumentos insustentáveis para recusar o depoimento de Tacla Duran, a começar pelas desculpas do "endereço desconhecido" e do "alto custo", embora a Câmara dos Deputados tenha, na audiência da terça 5, demonstrado não só a facilidade de localizar o consultor, mas uma maneira simples e barata de colher seu testemunho.

O ex-consultor acredita que a recusa do juiz tem a ver com o teor de suas denúncias e o fato de ter rechaçado o assédio de Zucolotto, o padrinho de casamento. "Hoje, quem questiona o *modus operandi* da República de Curitiba é considerado inimigo da Lava Jato. Será que teremos de ser coniventes com o atropelo das leis?", perguntou aos parlamentares. "Esta é a segunda vez que sou chamado no Congresso Nacional. Nunca tive oportunidade de fazer isso perante a Lava Jato. Nunca quiseram me ouvir sobre as acusações que fazem contra mim."

Com a palavra, Sergio Moro. •

•CCSeuPaisLavaJato1007ok.indd 39 6/7/18 5:21 PM